

**EXPULSANDO COMUNISTAS E FAZENDO A “REVOLUÇÃO”: AS
LEMBRANÇAS DO EXÉRCITO SOBRE O GOVERNO DE JOÃO GOULART E A
“REVOLUÇÃO DE 1964”**

*Eduardo dos Santos Chaves*¹

Resumo: O presente artigo pretende discorrer sobre a Coleção de depoimentos “1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história”, organizada e publicada pelo Exército entre 2000 e 2003. São diversos os temas abordados nas entrevistas, no entanto, para efeito de análise neste artigo examinarei o eixo temático que constrói uma narrativa “gloriosa” da “Revolução” e, assim, avalia positivamente os vinte e um anos do regime civil-militar. Procuo verificar como se procedeu nos depoimentos a narrativa acerca do governo de João Goulart e a subsequente construção da “Revolução de 1964” como divisor de águas na história do Brasil Contemporâneo.

Palavras-chave: História das Direitas; Regime Civil-Militar; Memórias.

Abstract: This article aims to discuss the collection of testimonies “1964-31 March: the revolutionary movement and its history”, organized and published by the Army between 2000 and 2003. There are several topics covered in the interviews, however, for purposes of analysis this article will examine the thematic narrative that builds a “glorious” from “Revolution” and thus positively evaluates the twenty-one years of military-civilian regime. Wanted to see how it preceded in the narrative statements about the government of João Goulart and the subsequent construction of the “Revolution of 1964” as a watershed in the history of contemporary Brazil.

Key-words: History of Rights; Civil-Military Regime; Memories.

Nas vésperas dos 40 anos dos acontecimentos de 31 de março de 1964, as Forças Armadas e a sociedade civil engajada na luta pelos direitos humanos defrontaram-se no espaço público, com discursos de memórias conflitantes.² Nesta batalha pela hegemonia de uma memória que se quer como “verdadeira”, o período compreendido entre 1964 e 1985

revela-se diferente para ambos os grupos. Para as esquerdas, além de procurarem saber onde se encontram os corpos de desaparecidos políticos e insistirem, em alguns casos, na punição de militares envolvidos na repressão, a luta também é em relação à verdade, na qual não aceitarão as “*falsificações da história*” que, de acordo com Caio Navarro de Toledo (2009: 209), implica o insulto à memória dos que lutaram, foram torturados e morreram na luta pela redemocratização do país. Já para as Forças Armadas e, particularmente, para o Exército, a verdade dos fatos vem sendo distorcida por uma parcela de intelectuais que reescrevem a história, falsificada a seu talante.³ O revanchismo, nesse caso, constitui-se em uma arma na mão de assaltantes, sequestradores, terroristas, desertores, agora, regimento abonados (Motta, 2003, t. 1, p. 27). Conforme Jarbas Passarinho, os militares “[...] são quase mortos-vivos a sofrer o revanchismo dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos” (Motta, 2003, t. 1, p. 27).

O Exército, frente a essa disputa de memórias, produziu a sua “*versão*” dos fatos, procurando fazer uma avaliação positiva da ditadura civil-militar. O resultado dessa *guerra* constituiu-se de 15 tomos, contabilizando 247 entrevistas com militares e civis, que atuaram ou colaboraram com o regime.⁴ Com o título “*1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*”, a Coleção foi publicada pela Editora da Biblioteca do Exército, a Bibliex, em 2003, nas vésperas dos 40 anos do golpe civil-militar de 1964.⁵ As entrevistas realizadas pelo Exército procuraram levantar um número significativo de militares e civis de várias regiões do país, que, conforme seu organizador, contribuiu para com a “*verdade*” dos acontecimentos.⁶

São diversos os temas abordados nas entrevistas, no entanto, para efeito de análise neste trabalho selecionei um eixo temático que constrói uma narrativa “*gloriosa*” da “*Revolução*”⁷ e, assim, avalia positivamente os vinte anos do regime civil-militar. Procuro verificar como se procedeu nos depoimentos a narrativa acerca do governo de João Goulart e a subsequente construção da “*Revolução de 1964*” como divisor de águas na história do Brasil Contemporâneo.

Desde 1964, os militares e civis que colaboraram para a eclosão da “*Revolução*” trataram de fornecer subsídios que justificassem as ações do governo estabelecido. Como forma de

legitimar suas políticas e ações, lançaram mão de um leque de manifestações públicas, declarações à imprensa, dentre outras ações.⁸ Para explicar a nova situação política que o país atravessava, apresentavam o governo de João Goulart como ligado aos comunistas e, por isso, perigoso à nação brasileira. Para alguns, o governo Jango estava disposto a implantar uma república sindicalista na América do Sul, para outros, João Goulart estava à mercê dos comunistas que, infiltrados em seu governo, estavam prestes a implantar uma revolução “vermelha” no Brasil. Essas representações fazem parte de um imaginário anticomunista que, muito forte na década de 1960, encontrava aceitação por parcela significativa da população.⁹ Eram discursos e representações produzidos por militares e, também, por parcela da sociedade civil que, amedrontados com as agitações do pré-1964, advertiam que nossa democracia estava em perigo. No caso dos militares, a repulsa ao comunismo encontrava grande respaldo, pois os comunistas eram vistos como quem tinha o intuito de por fim à pátria brasileira. Seriam eles agentes da União Soviética e implantariam um regime autoritário e antidemocrático, altamente centralizado e burocratizado. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2002:302)

[...] em resumo o anticomunismo militar em vigor nos anos 1960, que, em grande medida, explica o comportamento das Forças Armadas em 1964, era resultado da síntese entre um anticomunismo tradicional, construído em torno das narrativas sobre a “Intentona”, e novas conceituações elaboradas pelo pensamento militar no quadro da guerra fria, como Guerra Revolucionária e Doutrina de Segurança Nacional.

Quase quarenta anos depois, os militares, ao pensar sobre o 31 de março de 1964, continuariam a lançar esses mesmos argumentos, mas agora com outro objetivo: o de historiar a sua “versão” na batalha pela memória do regime. Embora afirmem que o comunismo não morreu e que ainda existam comunistas circulando livremente, é importante para eles, no momento atual, persistir na ideia de que “livraram” o país do “jugo vermelho”, num período em que estava em curso a “revolução comunista”. Ao se representarem como “salvadores da pátria”, procuraram responder às investidas do que eles denominam de “revanchismo”, que pretende caracterizá-los como “ditadores” e/ou “torturadores”.

Para explicar os acontecimentos de 31 de março de 1964, os militares, além de caracterizarem o governo Goulart como maléfico e deturpador dos valores patrióticos,

procuraram narrar o cenário pré-1964 desde os anos de 1930, sobretudo a partir da Intentona Comunista de 1935. Conforme os depoimentos, a Intentona foi a primeira demonstração da real intenção dos comunistas em destruir o Exército Nacional e tomar o poder. O General de Exército Leônidas Pires Gonçalves afirma que a insurreição comunista de 1935 deixou marcas profundas no Exército, de modo que “[...] fazemos cerimônia especial na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, em homenagem aos elementos [...] mortos, alguns de modo bastante impiedoso” (Motta, 2003, t.1, p.82). Além da Intentona de 1935, destaca-se, nos depoimentos, o líder comunista Luis Carlos Prestes como o principal agente do comunismo internacional no Brasil. Prestes e seus companheiros são lembrados pelo antinacionalismo e, principalmente, pela traição, pois como militares, deveriam estar ao lado dos valores nacionais, democráticos e cristãos. De outra forma, como consequência da insurreição de 1935, destacou Pires Gonçalves que o Exército desenvolveu “[...] uma doutrinação nas nossas Escolas para neutralizar este tipo de pregação comunista” (Motta, 2003, t.1, p.27). A desconfiança havia aumentado dentro das organizações militares, pois, como lembrou o coronel Francisco Sobreiras de Alencar, a Intentona Comunista foi

[...] um movimento planejado, orientado e dirigido pelos comunistas, desencadeado nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, onde se espalharam o terror, agredindo, saqueando, violentando aquela gente simples dessas cidades, e assassinando 28 militares, na madrugada de 27 de novembro de 1935. A Intentona Comunista traumatizou e afrontou a Nação e se refletiu de maneira indelével na alma dos militares brasileiros, que não a esqueceram em 1964 (Motta, 2003, t.12, p.182).

A Intentona Comunista de 1935 foi rememorada pelos depoentes como forma de destacar que o Exército esteve na defesa dos valores democráticos e anticomunistas desde os anos 30. Conforme os depoentes, a tradição anticomunista foi intensificada pelo Exército a partir de estudos sobre a atuação dos “vermelhos” nas sociedades ocidentais. Muito embora vários dos depoentes não tenham vivenciado os acontecimentos de novembro de 1935, quase todos acabaram participando dos cerimoniais que aconteceram nas décadas posteriores. Conforme destacou Rodrigo Patto Sá Motta (2004: 302)

[...] a celebração de 27 de novembro continuou a acontecer regularmente no decorrer das décadas seguintes, momento privilegiado de proselitismo dos ideais

anticomunistas. O ritual, mais do que prantear os mortos, visava a preservar, na memória da sociedade, o compromisso com os valores anticomunistas.¹⁰

As décadas de 1940, 1950 e 1960 são caracterizadas pelo forte crescimento do movimento comunista, e o Exército, sabendo da existência de núcleos “vermelhos” no Brasil, tratou de alertar o grupo internamente. Como destacou o General de Exército Sebastião José Ramos de Castro (Motta, 2003, t.1, p.122), os núcleos militares de todo o país reformularam o sistema de ensino e de reprensão aos comunistas no meio militar e se voltaram, aproximadamente na década de 1960, para o estudo da Doutrina da Guerra Revolucionária,¹¹ lembrada pelo General de Exército Antonio Jorge Corrêa da seguinte maneira:

[...] o General Castello Branco vislumbrou que, pelo aprofundamento de seu estudo, poder-se-ia fortalecer a convicção democrática dos militares de nossas Escolas, ao mesmo tempo em que se lhes dava a conhecer os insidiosos processos de penetração comunista, com vistas ao proselitismo e ao domínio das Organizações, nos seus vários campos de atividade (Motta, 2003, t.1, p.32).

Lembrar a Doutrina da Guerra Revolucionária como forma de demonstrar astúcia e inteligência por parte dos militares constitui-se, da mesma forma, em mais uma justificativa para 1964. Se os comunistas estavam organizados e empenhados em tomar o poder e implantar a “ditadura do proletariado”, os entrevistados procuraram afirmar que os militares se anteciparam e, espertamente, estudaram metodicamente todas as estratégias comunistas. O estudo da Guerra Revolucionária foi uma antecipada preparação psicológica e material do Exército, visando, conforme o General de Exército Antonio Jorge Corrêa

[...] o fortalecimento dos militares – ativa e reserva – quanto à consciência dos valores fundamentais que caracterizam a democracia brasileira;
- O conhecimento das finalidades da doutrina, dos processos e das técnicas utilizadas pelo comunismo, para que e tornassem claras as suas características contrárias à formação brasileira, e a necessidade da utilização de uma técnica para neutralizá-lo e combatê-lo;
- A instrução relacionada com a tática e técnica da Guerra Revolucionária e das operações especiais (Motta, 2003, t.1, p.34).

E continua Corrêa, que, em 1964, atuava como Coronel Subcomandante da AMAN: “[...] através do estudo da Guerra Revolucionária, nós nos preparávamos, fortalecendo os fundamentos democráticos, mas também passando a conhecer como atuavam os

comunistas. Assim, chegamos às vésperas do Movimento de 1964 atentos ao problema [...]” (Motta, 2003, t.1, p.34). Adiantados, os militares salvaram a pátria da intranqüilidade estabelecida pelos comunistas que “[...] avançavam firmemente na conquista de postos de governo e na tentativa de subverter a ordem das Forças Armadas pela inversão da hierarquia e pela indisciplina, abalando sua coesão [...]” (Motta, 2003, t.1, p.32).

O governo Jango, nesse aspecto, é caracterizado como perigoso pelas constantes greves que tomavam o país, pela corrupção e, principalmente, pela indisciplina que “[...] começava a grassar em certos círculos militares” (Motta, 2003, t.1, p.54). Todas essas características estavam ligadas ao perigo da comunização que, conforme se acreditava, avançava a passos largos no país (Motta, 2003, t.1, p.55). A quebra da hierarquia foi sempre a principal preocupação dos militares ligados à “Revolução de 1964”. Eles acreditavam que a guerra revolucionária avançava em seus estágios e buscava o enfraquecimento das Forças Armadas, com a quebra da disciplina e da cadeia de comando.¹² Jango constantemente é visto como propiciador da indisciplina no quadro das Forças Armadas nos momentos anteriores a 31 de março de 1964. Ao lado de Leonel Brizola e de outros quadros políticos progressistas do PTB, de sindicalistas, assim como de militares considerados “desprestigiados pelo povo” (Motta, 2003, t.1, p.214), João Goulart foi representado como uma marionete/fantoches orquestrada pela esquerda radical. Ou, como em depoimento, o General de Brigada Luciano Salgado Campos afirmou, ao contrário, que Jango tinha interesses ao se aproximar das esquerdas.¹³

[...] dizem que o Sr. João Goulart era comunista. Não creio. O Sr. João Goulart não era bem um comunista. Ele era um fazendeiro simplório, inculto, medianamente inteligente, mas muito esperto, deslumbrado com o poder que lhe tinha sido doado pelo seu padrinho, Getulio Vargas, facilmente influenciado pelas esquerdas, pensando, de certo, que continuaria no poder e se tornaria, como seu padrinho, um futuro ditador (Motta, 2003, t.4, p.82).

Essa memória depreciativa acerca do governo de João Goulart visou justificar a “Revolução” como consequência de um governo “caótico”. Nesse sentido, três fatos foram considerados determinantes na história narrada pelos entrevistados para o desencadeamento da “Revolução” de 31 de março de 1964.

O primeiro foi o Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. Nele, de acordo com os depoimentos, Goulart incitava os presentes, na maioria

homens simples que chegavam do trabalho, a realizar à força as reformas de base por ele encabeçadas.

O General de Exército Rubens Mário Brum Negreiros afirma que o ápice do sentimento antipresidente decorreu desse comício. Como destacou Negreiros

[...] eles disseram e fizeram tudo, todos os tipos de provocação. Havia bandeiras e faixas com incitações sobre o que deveria ser feito para acabar com a oligarquia, o conservadorismo e criar um governo populista, governo, segundo eles, do povo, pelo povo e para o povo, e, entre parênteses, para o Movimento Comunista Internacional (Motta, 2003, t.1, p.102).

A descrição feita nos depoimentos acerca do Comício da Central do Brasil pretende mostrar um cenário de baderna, em que a provocação do governo e dos comunistas ultrapassava os limites. Alguns dos depoimentos referem a existência de cartazes e faixas com dizeres que ofenderiam os valores nacionais.¹⁴ É criticada, também, a presença da mulher do Presidente, Maria Tereza,¹⁵ no palanque, o que ofenderia a moral cristã da época. Lembram, ainda, os “gritos” dos participantes, dizendo: “morte aos gorilas”, “[...] referindo-se a nós militares contrários àquela baderna, mas com a presença, o que é o absurdo maior, do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que disse que não ia àquele ato e acabou indo. O General Castello foi convidado e mandou dizer que não ia” (Motta, 2003, t.11, p.35).

O segundo fato considerado de grande importância na eclosão da “Revolução”, de acordo com a maior parte dos depoimentos, foi a Revolta dos Marinheiros, que ocorreu nos dias 25, 26 e 27 de março de 1964. A revolta foi considerada uma demonstração de total inversão de valores por parte daqueles marinheiros rebelados, mais ainda que o Almirante Cândido Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, andava no meio da rua, junto aos marinheiros. Além disso, é considerada pelos militares como representativa do desrespeito à hierarquia e à disciplina. Em depoimento, o entrevistador Geraldo Luiz Nery da Silva lembrava o entrevistado, o General de Exército Rubens Mário Brum Negreiros, acerca do episódio, para que este seja reafirmado como determinante da “Revolução”:

P: Além daquela revolta dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos em Triagem.

R: Sim, mas isso foi antes. A reunião no Automóvel Clube foi depois; a revolta dos marinheiros já ocorrera, havia uma semana.

P: Eu assisti – servia em São Paulo e vim ao Rio, aproveitando o feriado da Semana Santa. Desuniformizados, abraçados com as esposas, agarrados com os metalúrgicos, uma demonstração, também, de falta de respeito à disciplina e à hierarquia (Motta, 2003, t.1, p.103).

A reunião do Presidente da República com os Sargentos da Polícia da Guanabara no Automóvel Clube, em 30 de março de 1964, foi o terceiro fato determinante e, como afirmam a maioria dos depoentes, a gota d'água para o desencadeamento do “movimento revolucionário”. O discurso de Jango foi encarado como uma demonstração da completa conivência do governo estabelecido com a subversão. De acordo com o General de Exército Alacyr Frederico Werner,

[...] sentiu-se que bastaria o aceno de qualquer chefe responsável para o desencadeamento da Revolução. E assim foi. O povo brasileiro, de um modo geral, se indignou com aquela insuportável anarquia, promovida pelo próprio governo (Motta, 2003, t.1, p.67).

Ao apontar que a nação, ou melhor, o povo encontrava-se descontente com os acontecimentos pré-31 de março, a intenção do Exército com essa Coleção foi o de revelar o perigo em que se encontrava o Brasil naquele contexto e, sobretudo, demonstrar a importância dos militares, na condução de uma saída contra a subversão. Na seqüência dos três acontecimentos destacados como fundamentais para a eclosão da “Revolução”, aparecem as respostas do “povo brasileiro” que, desgostoso, realizou manifestações de repúdio ao governo.

Conforme o General de Exército Alacyr Frederico Werner, quando ocorreu o Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964

[...] já não havia mais qualquer dúvida do que estava acontecendo no País: um estado de ansiedade, de alarme, em que se esperava que algo acontecesse. Os primeiros sinais tinham sido dados; em decorrência disso, realizou-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, no dia 19 de março, onde o povo paulista especialmente as suas mulheres, de terço na mão, clamaram por liberdade e democracia, dando um não contundente à comunização do Brasil, que se avizinhava (Motta, 2003, t.1, p.66).

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, quando lembradas, servem como argumento para explicar que a “Revolução” contava com apoio considerável de civis, que clamavam pelo fim da desordem. Ou seja, dentro da conspiração, termo empregado nos depoimentos, que havia contra o governo Jango, grupos de civis, principalmente dos setores medianos, estiveram ao lado dos militares “contra a comunização do País” (Motta, 2003, t.1, p.205), lembrou o General Geise Ferrari. Isso também fica explícito na medida em que destacam nas entrevistas nomes de políticos, membros do clero, empresários, etc. e, assim, se livram, de certo modo, do peso das acusações, referidas pela esquerda, de que realizaram sozinhos um “Golpe de Estado”.

As Marchas, sobretudo aquelas ocorridas em São Paulo, em 19 de março de 1964 e a Marcha da Vitória, no Rio de Janeiro, em 02 de abril de 1964, são rememoradas como respostas da sociedade e das donas de casa ao descalabro que assolava o País; como demonstrações legítimas da sociedade brasileira contra o avanço comunista (Motta, 2003, t.1, p.162); e também como a explosão de revolta pacífica do povo contra a república anarco-sindicalista comunista de João Goulart (Motta, 2003, t.1, p.213).¹⁶ Como afirmou o Coronel Aviador Gustavo Eugenio de Oliveira Borges, a marcha, principalmente a de São Paulo, “[...] foi sumamente importante, porque nos deu uma força enorme. Pela primeira vez, vimos que a opinião pública em geral estava a nosso favor” (Motta, 2003, t.10, p.293).

Assim como as Marchas, a imprensa é lembrada como uma grande contribuinte da “Revolução”. Jornais de grande circulação da época, como o Tribuna da Imprensa, Folha da Tarde, Jornal do Brasil, Diário de Notícias são lembrados como organismos em que realmente se expunha toda a “anarquia” vivida no Brasil. Títulos de editoriais, como “Basta!”,¹⁷ dentre outros, são citados para provar o quanto estavam certos do que fizeram. Isto é, a intervenção foi solicitada e os militares foram “intérpretes da vontade nacional”. O General de Exército Rubens Bayma Denys, que em 1964 era Capitão e aluno da ECEME considera que sem os militares, João Goulart não seria deposto, mesmo porque o governo contava com o apoio de “sindicalistas pelegos” e também de alguns militares, conhecidos como “generais do povo”. A “Revolução” ocorreu, conforme os depoentes, em função da reação da sociedade brasileira que, empolgada, fez os militares refletirem esse sentimento de indignação (Motta, 2003, t.1, p.162).

A Igreja Católica também é lembrada nas memórias dos militares quando se quer atribuir peso considerável aos civis que colaboraram com a “Revolução”.¹⁸ Em todas as entrevistas, pergunta-se qual era a posição da Igreja em relação ao governo deposto, de modo a revelar nomes de indivíduos que colaboraram para a deposição de Jango, bem como o posicionamento deles frente ao “avanço vermelho”. As respostas são de que a maioria da Igreja Católica “[...] via com preocupação as condições reinantes no País” (Motta, 2003, t.1, p.119), como destacou o General Sebastião José Ramos de Castro. A Igreja incentivava e também “[...] promovia as reações contra as agitações e os desmandos provocados pelo Governo João Goulart e sindicatos que o apoiavam” (Motta, 2003, t.1, p.158), enfatizou o General Rubens Bayma Denys. “A Igreja, tenho as fotografias, se posicionou contra a comunização do País” (Motta, 2003, t.9, p.384), afirmou o Tenente Coronel Carlos Cláudio Miguez Soares. De acordo com o Armando Ribeiro Falcão, muito embora a Igreja tenha se apresentado de maneira muito silenciosa e reservada, a situação de completo desconforto por parte da maioria do clero era visível (Motta, 2003, t.1, p.211). Da mesma forma em que se destaca a intranqüilidade da Igreja naquele período, os depoentes ressaltam a existência de “correntes progressistas” que atuavam junto ao movimento estudantil. O objetivo parece ser o de demonstrar que nem mesmo o mundo cristão estava livre da “intimidação vermelha”. Assim, a Igreja, promotora da defesa dos valores cristãos, como a preservação da família, da propriedade e da religião, em sua maioria, colaboraria com a “Revolução”. O General Ivan de Souza Mendes lembrou que a Igreja Católica sofria com as disputas políticas e ideológicas da época.

[...] sentíamos, pelas manifestações dos líderes religiosos, que a Igreja Católica refletia a bipolarização da época, o que acabou dando origem ao que veio a ser denominado, posteriormente, de Clero Progressista. Havia os religiosos que seguiam a doutrina tradicional da Igreja, em oposição àqueles influenciados pela esquerda (Motta, 2003, t.2, p.32).

Quando foi perguntado ao General de Exército Everaldo de Oliveira Reis sobre a posição da Igreja em relação ao governo de João Goulart, ele afirmou que esta convivia pacificamente com o governo. Porém, para que a Coleção não perdesse a homogeneidade tão ambicionada pelos coordenadores, o entrevistador Nery da Silva questionou o

entrevistado da seguinte maneira: “Havia até padres tradicionais que queriam o bem do País e se levantaram contra aquele estado de coisas. Então a Igreja não...” (Motta, 2003, t.1, p.144).

Novamente a intenção é jogar o peso dos acontecimentos para além dos militares, num período em que a sociedade brasileira – elites, setores medianos, populares e Igreja – lutou contra o comunismo. A lembrança é usada para reavivar a memória e escrever a história que se quer como verdadeira. Nessa relação entre passado e presente, a principal função da memória, de acordo com Feintress & Wickham (1992: 23) é dar sentido ao presente, uma vez que este está sempre sendo construído, pois a memória não é estática e, na base de sua formação, encontra-se a negociação entre as lembranças do sujeito ou grupo e as dos outros grupos e sujeitos.

Seguindo as lembranças sobre o governo Jango, os depoimentos enfatizaram a crise econômica que tomava conta do país, como fez o General Alacyr Frederico Werner.

[...] a falta de alimentos, filas em tudo quanto era lugar. Uma série de desacertos que o povo era obrigado a suportar. A situação pode ser qualificada de caótica. O povo [...] sentia a desorganização e o prejuízo causados à sua vida. A inflação era muito grande e a situação piorava a cada instante. O cidadão, para conseguir um pacote de açúcar, de feijão ou arroz, para levar à casa, tinha que procurar aqui ou acolá, porque se tornara comum o desabastecimento. Essa era a situação, muito difícil, que evoluiu, com relativa rapidez, para um quadro de crescente incerteza e intranqüilidade (Motta, 2003, t.1, p.65).

Na busca para legitimar o golpe civil-militar, o governo Jango foi lembrado dessa forma – caótica – muito provavelmente, por duas razões: a primeira, pela crença de que o comunismo estaria pronto para solapar a nação brasileira¹⁹ e, a segunda, para dar um sentido épico à revolução, com os militares na condição de “salvadores da pátria”, dando um sentido épico à revolução.

Os sujeitos que concederam os depoimentos e que, talvez, sentiram-se homenageados com a Coleção, contribuíram para com os propósitos do Exército de reconstrução de uma identidade histórica, evitando o esquecimento. Assim sendo, a memória, ao constituir-se fonte informativa para a História, constitui-se também em base da identidade. Refletindo sobre as relações entre memória e identidade, Lucília de Almeida Neves Delgado (2000: 112) afirma que:

[...] é a busca de construção e reconhecimento da identidade que motiva os homens a debruçarem-se sobre o passado em busca dos marcos temporais ou espaciais que se constituem nas referências reais das lembranças. Na verdade, para recordar e para se analisarem os processos históricos, é necessário ativar-se a construção de signos que se constituem como elementos peculiares do reavivamento mental do passado. Os lugares da memória, então, podem ser considerados esteios da identidade social, monumentos que têm, por assim dizer, a função e evitar que o presente se transforme em um processo contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro.

É nessa relação estabelecida entre passado e presente, evitando o desprendimento entre ambos, que a Coleção também procurou homenagear aqueles considerados como os principais agentes da “Revolução”. Essa atitude em relação aos “revolucionários” é uma estratégia utilizada para reafirmar os valores “democráticos” de reconhecimento pelos homens que lutaram pela pátria. Os depoimentos coletados devem ser utilizados para revelar os feitos, as vicissitudes e as glórias da Pátria e do Exército, de maneira a manter o civismo e o patriotismo sadios e inteligentes, baseados em fatos aqui explicitados, conforme destacou o General de Exército Antonio Jorge Corrêa (Motta, 2003, t.1, p.49). Dessa forma, elevar os líderes, civis e militares, ao patamar de “heróis”, assim como lembrar suas trajetórias como “brilhantes” tornou-se fundamental para os coordenadores da coleção, bem como para os entrevistados. Entretanto, essa questão é para outro trabalho.

Referências

Fontes

MOTTA, Arilcides de Moraes (Coordenação Geral). *31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioetca do Exército Editora, 2003. (15 tomos).

Bibliografia

ATASSIO, Aline Prado. *A batalha pela memória: os militares e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado: PPG de Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 2007.

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, nº 27, p. 179-196, 1994.

_____. *Memória e poder*. As criações memorialísticas e o regime de 64. Dissertação de Mestrado: História, PUC-SP. São Paulo, 1993.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa: Ed. Teorema, 1992.

FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. *Nossa História*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 1, p. 32-35, 2004.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. Disponível em: <<http://www.history.umd.edu.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2009.

_____. A guerra de memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 2002.

_____. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, p 29-50, 2008.

MENDES, Ricardo. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 10, nº 1, p. 79-97, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: 2002.

_____. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 34, p. 91-115, 2004.

_____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NEVES, Lucila de Almeida. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. *História Oral*, São Paulo, v. 3, nº 3, p. 109-116, 2000.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado: História, UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, nº 26, p. 127- 156, 2007.

SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 2008.

SILVA, Evelyn Chaves. *Memória, esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento - Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “Ditabranda”. *Revista de Sociologia*, Curitiba, v. 17, nº.34, p. 209-217, 2009.

Notas

¹ Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista Capes. E-mail: educhaves4@hotmail.com

² Em relação às discussões sobre as batalhas de memórias, ver: SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, nº 26, p. 127- 156, 2007; CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, nº 27, p. 179-196, 1994; MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 178-201, 2002.

³ MOTTA, Arilcides de Moraes (org.). *31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioetca do Exército Editora, 2003. Tomo 1, p. 10.

⁴ Não procuro, neste trabalho, examinar as diferenças e semelhanças entre as memórias de militares e civis. No entanto, cabe destacar que, embora a intenção da Coleção seja de transparecer uma homogeneidade com os depoimentos, é também perceptível a discrepância entre militares e entre civis na constituição dos depoimentos. Dentre os 247 depoimentos publicados, encontram-se 27 generais de exército, 21 generais de divisão, 37 generais de brigada, 79 coronéis, 23 tenentes coronéis, 3 majores, 3 capitães, 2 primeiros tenentes, 2 contra almirante, 2 brigadeiros do ar, 1 major brigadeiro do ar, 1 tenente brigadeiro do ar, 1 coronel aviador e 1 tenente coronel aviador. Entre os civis, há 41 depoentes, distribuídos entre as profissões de jornalista, professores, desembargadores, ministros, engenheiros e doutores.

⁵ A Coleção parece ter antecipado às discussões que ocorreram no meio acadêmico, a partir de seminários, congressos e palestras, e nas organizações de esquerda, ligadas a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

⁶ Conforme Arilcides de Moraes Motta, deu-se preferência à escolha de figuras militares e civis que tivessem uma aproximação com a “Revolução” e a Ditadura civil-militar, narrando de maneira positiva o período.

⁷ Utilizo o termo “Revolução”, entre aspas, ao me referir ao Golpe Civil-Militar de 1964, pelo fato da Coleção ter empregado a mesma expressão durante os depoimentos.

⁸ Em relação às publicações das memórias de militares e civis que colaboraram com o regime militar e a posterior análise empreendida, ver: CARDOSO, Lucileide Costa. *Memória e poder*. As criações memorialísticas e o regime de 64. Dissertação de Mestrado: História, PUC-SP. São Paulo, 1993. Outro importante trabalho nesse sentido é o de: FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁹ Em relação às representações anticomunistas sobre o governo de João Goulart, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: 2002. p.231-268.

¹⁰ Outro importante trabalho sobre o tema é: CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹¹ Sobre a Doutrina da Guerra Revolucionária, ver: MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.23, p.29-50, 2008; MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. Disponível em: <<http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2009.

¹² MENDES, Ricardo. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. *Lócus*: Juiz de Fora, v.10, nº1, p.89, 2004.

¹³ Essas duas imagens são exploradas por Rodrigo Patto Sá Motta (2006: 12-13) que, a partir da caricatura revela que embora as intenções dos caricaturistas fossem variadas, além de não formarem grupo homogêneo, “[...] suas críticas ajudaram a enfraquecer o governo, divulgando imagens que alimentaram o medo e a insegurança, caldo de cultura em que o golpe foi gerado”. Na obra, o autor ressalta a constituição de duas imagens a respeito de João Goulart pelos caricaturistas: a primeira procura relacionar João Goulart a um homem ardiloso, com intenções em perpetuar-se no poder, a partir de um golpe, a outra, diferentemente, relaciona Jango a um homem extremamente influenciável e, dessa forma, visto como uma marionete/fantoches na mão de comunistas.

¹⁴ Em relação ao Comício da Central do Brasil, ver: FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. *Nossa História*, Rio de Janeiro, v.5, nº1, p.32-35, 2004. Nesse artigo, Ferreira pontua, diferentemente do que se apresenta em parte da historiografia sobre o tema, que o famoso comício reuniu um público mais legalista do que radical. Quando deu início ao comício, em algumas faixas podia se ler: “Legalidade para o PCB”; “Pedimos cadeia para os exploradores do povo”; “Jango. Assine a reforma agrária que nós cuidaremos do resto”; “O povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém”; “Brizola tem razão: abaixo a conciliação”.

¹⁵ Como primeira dama e mulher, podemos deduzir que Maria Tereza, no palanque da Central do Brasil, representava um afronta à família cristã brasileira. Como mãe e representante da mulher brasileira, deveria distanciar-se das manifestações “comunistas”.

¹⁶ Sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ver os trabalhos de: PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado: História, UFRJ. Rio de Janeiro, 2004; SILVA, Evelyn Chaves. *Memória, esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento - Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2002. Outras pesquisas também acabaram abordando das “marchas”, mas não era o foco de suas análises, como: CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 2008. Esses trabalhos chamam a atenção para um número significativo de “marchas” que ocorreram em cidades do interior do Brasil, o que também acabou servindo posteriormente de argumento para a legitimidade da ditadura civil-militar, como consta nos depoimentos.

¹⁷ Em alguns depoimentos, procurou-se colocar a transcrição de documentos que o entrevistado considerou importante, como jornais, circulares, etc. O editorial “Basta!”, por exemplo, saiu em 31 de março de 1964, no Correio da Manhã.

¹⁸ Para maiores detalhes, ver: SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008; BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

¹⁹ Muito embora se acredite na ideia de que os comunistas foram representados exageradamente e, dessa forma, os anticomunistas estrategicamente manipularam, em alguns momentos, as notícias sobre os países comunistas, bem como a imagem dos “vermelhos” no Brasil, sabe-se também que os anticomunistas acreditavam verdadeiramente no perigo que o comunismo representava. Rodrigo P. S. Motta (2004: 290), afirmou que em alguns textos o anticomunismo foi visto “[...] como mera conspiração imperialista, ora como simples ‘fantasma’ manipulado pela burguesia dominante, ora como reles manifestação de irracionalismo e fanatismo. Como o próprio autor nota, houve por parte de alguns indivíduos certa histeria e fanatismo exagerado em relação ao combate ao comunismo, como no caso do senador norte-americano Joseph McCarthy e o almirante brasileiro Carlos Penna Boto. Porém, “[...] reduzir o fenômeno a sua faceta ridícula pode ser boa estratégia política, mas inadequada quando o nosso interesse é compreender e explicar” (Motta, 2004, p.291).